

ACTA da 1.ª Reunião Geral do Colégio de Engenharia Geográfica – Triénio 2010/2013

Aos vinte e um dias do mês de Abril do ano de dois mil e dez pelas dezassete horas e trinta minutos, no LNEC, em Lisboa, reuniu o Colégio Nacional de Engenharia Geográfica eleito para o triénio 2010 / 2013, convocado por circular.

Tomaram parte na reunião os titulares dos cargos: Presidente do Colégio Nacional, Eng. Ana Fonseca, os vogais Eng. Manuela Vasconcelos e Eng. Armindo das Neves, tendo comparecido igualmente pelo Conselho Regional do Norte do Colégio de Engenharia Geográfica a Presidente, Eng. Alexandrina Menezes, e os vogais Eng. Carlos Ferreira e Eng. Ana Cláudia Teodoro, pelo Conselho Regional do Centro do Colégio de Engenharia Geográfica a Presidente, Eng. Elisa Almeida e pelo Conselho Regional do Sul do Colégio de Engenharia Geográfica a Presidente, Eng. Teresa Sá Pereira.

Conferidos os preceitos, a Presidente do Colégio declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem de Trabalhos, constante da convocatória e que a seguir se transcreve:

- 1 – Informações;
- 2 – Ponto de situação do mandato anterior;
- 3 – Acreditação da formação contínua;
- 4- Apreciação de solicitação de atribuição de grau de membro sénior;
- 5 – Especialização em SIG;
- 6 – Plano de actividades para 2010;
- 7 – Admissão à OE dos Licenciados em Engenharia de 1.º ciclo e perfis especiais de 2.º ciclo;
- 8 – Análise da última Revista da Ordem.

Antes da ordem de trabalhos, e por ser esta a primeira reunião na vigência do actual mandato, houve lugar à apresentação individual de todos os presentes.

Relativamente ao ponto 1, foi dada informação sobre a periodicidade das reuniões do Colégio Nacional de Engenharia Geográfica, que terão lugar a cada dois meses, intercaladas com as reuniões do Conselho Coordenador dos Colégios (CCC), que decorrem com a mesma periodicidade. A este propósito a Presidente do Colégio Nacional informou ter ocorrido no dia 15 de Abril a primeira reunião do CCC deste mandato, sem grandes alterações relativamente ao mandato anterior, havendo a indicação de que os colégios nacionais devem interagir mais com os conselhos regionais. Permanece a indicação para a elaboração dos actos de engenharia, existindo nesta data apenas três documentos, correspondentes aos Colégio de Engenharia Naval, Colégio de Engenharia Geográfica e Colégio de Engenharia Agronómica, sendo que no nosso caso falta transformar o actual documento numa peça legislativa. Ainda no que respeita a deliberações do CCC foi dado conhecimento de que existe a indicação para que os colégios façam elaborar filmes promocionais das respectivas especialidades e que apresentem os respectivos planos de actividades. A Presidente do Colégio Nacional informou terem existido três pedidos para a atribuição do título de especialista em Sistemas de Informação Geográfica, tendo obtido todos pareceres negativos. Relativamente às Jornadas de Engenharia Hidrográfica, a Presidente anunciou que a Ordem dos Engenheiros vai apoiar a iniciativa, ao mesmo tempo que acompanha com interesse mas algum distanciamento as 1.ªs Jornadas de SIG da APDSI. Os conselhos regionais foram de seguida convidados a prestar informações começando pelo Conselho Regional do Norte. A Presidente do Conselho Regional do Norte deu conhecimento das jornadas de informação geográfica 2010 “As tecnologias de informação geográfica ao serviço do Ordenamento do Território”, na Universidade do Porto, aos 14 de Julho de 2010, tendo referido que na página do Ordem dos Engenheiros existe já informação sobre esta iniciativa. Estão confirmadas as representações do IGP, da CCDR-N, da

Câmara Municipal de Arouca, de duas empresas, etc..., sendo que até ao final do mês de Maio o painel estará completo. A Presidente do Conselho Regional do Norte vai passar a fazer parte do Conselho Directivo da Região Norte e informou que existe uma parceria com a Região da Galiza, com o financiamento do QREN, que vai implicar que o Conselho Regional do Norte do Colégio de Engenharia Geográfica identifique o seu homólogo em Espanha, o que ainda está por conseguir. Passando ao Conselho Regional do Centro, a sua Presidente informou que no dia 4 de Maio vai decorrer no Auditório da Sede Regional da Ordem, em Coimbra, uma sessão técnica sobre “O sistema de coordenadas PT-TM06” pelo Eng. João Agria Torres e estão previstas para Setembro ou Outubro as Jornadas sobre “Segurança em catástrofes naturais”, organização conjunta dos Conselhos Regionais do Centro de Engenharia Geográfica e Engenharia Geológica e de Minas, inicialmente previstas para ter lugar em Junho e depois para 15 de Outubro. Apesar de não existir envolvimento directo da OE houve ainda informação relativamente à organização pelo Instituto Politécnico de Leiria das Jornadas de Engenharia Geográfica, aos 5 de Maio e de uma iniciativa conjunta do Instituto Politécnico da Guarda e da EDP Produção que envolve engenheiros geógrafos. Passando ao Conselho Regional do Sul, a sua Presidente informou que não existe ainda qualquer acção programada, estando a trabalhar sobre a base de dados da Região Sul visando a promoção da especialidade, designadamente pela dinamização da passagem dos membros estagiários a efectivos. A este propósito a Presidente do Colégio Nacional confirmou que tal indicação também existe ao nível central, estando a OE a considerar contactar os membros que permanecem estagiários indefinidamente no sentido de que passem a efectivos ou saiam. A Presidente apresentou aos recém-eleitos o conceito de Projecto de Georeferenciação, a dinamizar pela Presidente do Conselho Regional do Sul, a qual lembrou a importância de haver uma dotação orçamental suficiente, sob pena do processo não ser eficaz.

Passando ao ponto 2, foi unanimemente considerado que é tempo de começar a preparar a Conferência Nacional de Cartografia e Geodesia 2011. A este propósito a Eng. Ana Cláudia Teodoro solicitou que fosse considerada a realização do evento na cidade do Porto. A Presidente do Colégio Nacional, que vai brevemente fazer circular uma proposta de composição da Comissão Organizadora para a CNCG2011, explicou a razão pela qual as actas da anterior CNCG estão por entregar, relacionadas com dificuldades administrativas da OE, numa primeira fase e mais recentemente por complicações suscitadas pela LIDEL na compilação das autorizações de cedência dos direitos de autor. Acerca do Livro da História da Engenharia Geográfica, considerou a Presidente do Colégio Nacional que deve haver lugar a uma reformulação, acompanhada do completamento na fase mais recente da história, para o que a orçamentação do contributo do Eng. Barreiro Guedes está aprovada. Em relação ao Encontro Nacional de Engenheiros Geógrafos 2010 existe uma forte inclinação no sentido de que tenha lugar em Coimbra, se possível na nova sede regional da OE, como forma de a Especialidade homenagear o Eng. Octávio, engenheiro geógrafo e Presidente do Conselho Directivo da Região Centro da Ordem dos Engenheiros.

Em relação ao Ponto 3, a Presidente informou que a iniciativa “Acreditação da formação contínua” é considerada no seio da OE como não tendo tido sucesso no seu desenvolvimento recente, existindo poucas acções de formação acreditadas, entre as quais se encontram por exemplo as do FUNDEC. Em relação à solicitação da ESRI a Presidente do Colégio Nacional propõe parecer de não acreditação dado que a acção promove um pacote de software, o que vai contra o que está estabelecido no Guia de Apoio à acreditação de acções de formação contínua, tendo havido consenso no Colégio Nacional a este propósito.

Quanto ao Ponto 4, foi dado conhecimento de iniciativas legislativas que vão no sentido de obrigar à titularidade do grau de membro sénior para o exercício de algumas actividades, o que vai promover um incremento dos pedidos. Existem cerca de 200 (duzentos) pedidos em avaliação, sendo 2 (dois) correspondentes à especialidade de Engenharia Geográfica, sendo que todos deverão ser tratados de forma equitativa, para o que serão reforçados os processos de uniformização de critérios entre todos os Colégios. O regulamento terá que ser cumprido, embora exista uma nuance entre “membro efectivo” e “exercício da actividade”. A Presidente do Colégio Nacional considera que 5 anos de membro efectivo devem ser obrigatórios e que o exercício de actividades de engenharia deve ser comprovado. O nosso pedido de esclarecimento suscitou uma informação geral do Sr. Vice-Presidente Eng. Victor Gonçalves de Brito sobre o assunto, tipificando a questão da senioridade. A Presidente do Colégio Nacional vai, no âmbito dos pedidos actuais, requerer a entrega de mais informação curricular, de forma a melhor poder atestar dessa senioridade, sendo que a última palavra será sempre do Conselho de Acreditação e Qualificação (CAQ). A Presidente Conselho Regional do Centro informou de que, a pedido do Eng. Octávio Alexandrino e do Eng. Canas, vai apresentar a sua candidatura a membro sénior, esclarecendo que lamenta o “timing”, considerando que pode ser considerado oportunístico. A Presidente do Colégio Nacional dissipou esse receio e reiterou o apelo a que todos os presentes que reúnam as condições apresentem a sua candidatura, lembrando que a OE aligeirou os procedimentos passando a dispensar os proponentes. A Presidente do Conselho Regional do Sul também indicou pretender apresentar a sua candidatura e a Presidente Conselho Regional do Centro considerou que os membros eleitos devem promover a candidatura do Eng. João Casaca ao título de membro conselheiro.

Relativamente ao Ponto 5, a Presidente do Colégio Nacional recordou que a especialização em SIG é horizontal, e incorpora engenheiros geógrafos (dois), civis, informáticos, de minas, etc. O Eng. João Matos foi o primeiro coordenador, tendo-lhe depois sucedido o Eng. Mário Rui Gomes. É consensual que a maioria das especializações são detentoras de efectivo poder e têm uma grande actividade, mas são geralmente “fechadas”, no sentido em que as suas direcções mudam pouco e há uma forte tendência para não se verificarem admissões. A Presidente do Colégio Nacional considera que é tempo de decidir se a Especialização em SIG é recuperada, uma vez que existiam determinações na OE no sentido de que as especializações que não demonstrassem actividade nem tivessem um número suficiente de membros para realizar um processo eleitoral fossem extintas. Outras iniciativas para a reactivar fracassaram, sendo que por exemplo numa ocasião, foram convocados doze membros estando presentes três e constata-se que a maior parte dos seus membros deixaram efectivamente de ser activos na área. A extinção da especialização está neste momento anunciada, porque se for implementada a obrigatoriedade de renovar a inscrição o actual coordenador prevê que a maior parte dos actuais inscritos não estariam interessados em fazê-lo. Por outro lado, candidaturas à especialização foram recentemente objecto de parecer negativo, num processo que a Presidente do Colégio Nacional deu indicação de pretender conhecer em detalhe. Existiu consenso no Colégio Nacional no sentido de fazer incrementar o número de inscritos, sendo que a Presidente do Conselho Regional do Norte declarou considerar apresentar a sua candidatura e promover outras duas. A Presidente do Conselho Regional do Centro indicou a possibilidade de promover a inscrição de duas colegas que exercem funções na Câmara Municipal de Coimbra. A Presidente do Colégio Nacional vai promover a divulgação do regulamento das especializações, de forma a melhor enquadrar desejáveis candidaturas.

Passando ao Ponto 6, foi indicado um plano de actividades para 2010, o qual deve ser alargado a todo o colégio, através de coordenação com os conselhos regionais e compreende, para já, a organização do ENEG, a organização da CNCG 2011, a participação no Congresso da OE, o livro “História da Engenharia Geográfica” e o pagamento da quota da FIG, sendo pedido aos conselhos regionais que façam chegar à Presidente do Colégio Nacional as suas propostas. A propósito da FIG a Vogal do CNEG Eng. Manuela Vasconcelos reitera a sua proposta no sentido de incrementar a participação nacional, sendo por inerência o Presidente do Colégio o representante nacional na associação e havendo candidaturas para tomar parte nos vários grupos. A definição da posição do CNEG em relação à participação nos trabalhos da FIG é tanto mais importante quanto existe a determinação do Senhor Bastonário em ver reavaliada a participação da OE em todas as associações similares.

Quanto ao Ponto 7, a Presidente do Colégio Nacional considera estar a OE muito dividida entre uma posição de grande abertura à admissão à OE, que esvazie a ANET mas produza uma situação de desequilíbrio interno e uma opção mais conservadora, que a preserve na sua actual condição mas também a faça definir a prazo. A OE considera ser de promover, ao nível dos perfis de formação, os mestrados integrados, com base na importante premissa de existir uma associação profissional que confere o direito ao uso do título respectivo. A Presidente do Conselho Regional do Norte declarou existirem casos de candidatos possuidores de formação de 1.º ciclo em Matemática, Física ou outros e 2.º ciclo em Engenharia Geográfica que não sabem se podem ser admitidos na OE. A este propósito a Presidente do Colégio Nacional considerou deverem estes apresentar a sua candidatura, que será objecto de avaliação caso a caso, uma vez que ainda não vigora um critério geral.

Concluindo, no Ponto 8, a Presidente do Colégio Nacional indicou que da próxima revista Ingenium constará um artigo da Prof. Paula Redweick. Foi suscitada a oportunidade de continuarem a constar como elementos fixos da participação do CNEG na revista Ingenium as crónicas do Eng. João Casaca e a agenda tecnológica, em torno do que houve unanimidade. Foi solicitado a todos que colaborassem na sugestão de temas, artigos e notícias para a Revista Ingenium, nada tendo constado. Haverá na próxima semana uma reunião do Conselho Editorial da Revista Ingenium de onde sairão directivas que serão divulgadas no seio do CNEG.

Fora da Ordem de Trabalhos, a Presidente do Colégio Nacional informou que vai elaborar um calendário de reuniões ordinárias do CNEG até ao final do ano, fazendo apelo a que façam propostas caso entendam poder haver lugar a reuniões presenciais, sobretudo tendo em conta eventos já calendarizados que potenciem essa ocorrência.

Terminados os trabalhos, pelas dezanove horas e quarenta e cinco minutos, o Colégio concordou, por unanimidade, que a acta desta sessão fosse elaborada posteriormente, e que depois de lida pelos membros e considerada conforme e aprovada, fosse pelos mesmos assinada, para que faça prova.